Por Bruna Chieco

A Previc fiscalizou 157 das 246 entidades fechadas de previdência complementar aptas no ciclo 2023–2026, o equivalente a 64% do sistema. No ciclo anterior, de 2019 a 2022, foram 68 de 271 entidades (25%). As entidades fiscalizadas no período atual concentram 87,5% das provisões matemáticas e 77,5% da população do sistema. O resultado está no documento "Previc Forte, Sistema Mais Seguro – Balanço da Gestão 2023/2026", lançado na quinta-feira, dia 19 de novembro, durante o Conexões Previc.

A autarquia atribui o avanço ao novo modelo de segmentação das entidades em S1, S2, S3 e S4, criado pela Resolução Previc nº 23/2023. Segundo o Diretor-Superintendente da Previc, Ricardo Pena, a adoção da supervisão baseada em riscos deu à fiscalização um caráter mais preventivo. "Houve um avanço significativo na área de normas, com planejamento e participação social. Em um setor de longo prazo, como a previdência complementar, as mudanças precisam ser previsíveis, dialogadas com a sociedade e capazes de melhorar o sistema", afirmou.

Para o Diretor-Presidente da Abrapp, Devanir Silva, a mudança de modelo está entre os principais avanços do período. "A qualidade da supervisão não se mede pela quantidade de sanções aplicadas, mas principalmente pela sua capacidade de prevenir riscos, corrigir fragilidades e assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários", disse.

O Diretor de Fiscalização e Monitoramento da Previc, João Paulo de Souza, explicou que o novo modelo busca equilibrar a função sancionadora da diretoria, com uma atuação preventiva e orientativa, "Damos prioridade a mecanismos de correção em diálogo com os órgãos de governança das entidades", disse. Os relatórios de fiscalização são discutidos com os órgãos estatutários em reuniões devolutivas, com recomendações e determinações.

Segundo o balanço, a lavratura de autos de infração deixou de ser o objetivo central da autarquia, e passou a ser usada só quando a irregularidade não pode ser corrigida pelos mecanismos disponíveis. "A supervisão baseada em riscos permite uma atuação mais preventiva, proporcional e eficiente, valorizando a governança, os controles internos e o Ato Regular de Gestão", comentou Devanir.

Ele ressaltou que, para garantir uma previdência complementar confiável e sustentável, é preciso um órgão supervisor forte, tecnicamente qualificado, independente e comprometido com a proteção dos participantes. "Quando avaliamos os quatro anos, é justo reconhecer os importantes avanços alcançados pela gestão", destacou o Diretor-Presidente da Abrapp.

Avanços da Previc – Entre os principais avanços, Devanir pontuou a recomposição do quadro de servidores, os investimentos em tecnologia, a modernização dos processos, a formulação de um planejamento estratégico de longo prazo e a disposição permanente para o diálogo institucional.

Os números do balanço mostram essa recomposição. Até 2026, 83 concursados tomaram posse na autarquia, e 50 permanecem no quadro. No mesmo período, os recursos para investimentos passaram de R$ 1,3 milhão em 2022 para R$ 9,1 milhões na proposta orçamentária de 2027. A autarquia também aprovou um plano de transformação digital com 28 ações e um projeto de inteligência artificial generativa. "Avançamos no orçamento, reforçamos nossas equipes e investimos em tecnologia", resumiu o Diretor de Administração Interino da Previc, Roberto Mota.

Na área normativa, o Diretor de Normas da Previc, Alcinei Rodrigues, destacou a consolidação promovida pela Resolução Previc nº 23. Segundo o balanço, a norma reuniu 52 atos antes dispersos e reduziu em cerca de 40% os custos de observância. Ao tratar da regulamentação do Ato Regular de Gestão, o diretor afirmou: "Nós queremos que o setor tenha confiança para trabalhar".

Diálogo e fomento – “O diálogo respeitoso e técnico permitiu avançar em temas relevantes para a previdência. A transparência, a previsibilidade e a segurança jurídica são fundamentos indispensáveis. Nós precisamos continuar avançando na autonomia institucional, administrativa e financeira do setor”, destacou Devanir. A interlocução com o setor também foi reconhecida por Ricardo Pena. “Nós tivemos uma relação institucional bastante produtiva nesses quatro anos, com sugestões, críticas e comentários”, disse.

A abertura ao diálogo foi reconhecida pelas demais associações presentes. Para Marcel Barros, Presidente da Anapar, o período consolidou o protagonismo dos participantes. “O sistema existe em função do participante”, afirmou. Ele citou a Portaria Previc nº 84/2025, que permite às associações de participantes e assistidos se manifestar em processos de licenciamento, e a retomada das Comissões de Mediação, Conciliação e Arbitragem.

Arthur Pires, Presidente da Apep, destacou as consultas públicas e a retomada de comissões técnicas com participação do setor. A primeira consulta pública sobre a Resolução Previc nº 23 recebeu 10.396 manifestações. Entre essas comissões, ele ressaltou a de fomento, que “colocou a inclusão previdenciária no centro da estratégia, reconhecendo que o sistema precisa crescer para continuar relevante”.

O Diretor de Licenciamento da Previc, Guilherme Campelo, destacou a inscrição automática de trabalhadores em planos de previdência complementar fechada, regulamentada pela Resolução CNPC nº 63/2025, como mais um mecanismo de fomento aprovado no período. “Isso resguarda o direito de ter uma continuidade previdenciária no futuro daquele participante”, disse.

Devanir também considerou especialmente estratégica a incorporação do fomento à agenda da Previc, com o Plano Nacional de Fomento da Previdência Complementar Fechada, que prevê medidas até 2030. “Pela primeira vez, temos uma agenda estruturada de ações voltadas à expansão, à atratividade, à eficiência e à inovação construída com participação de representantes do sistema”, afirmou.

A iniciativa converge com a missão da Abrapp de levar a previdência complementar a um número cada vez maior de brasileiros, incluindo trabalhadores independentes, microempreendedores individuais, informais e trabalhadores de plataformas digitais. “Nós não podemos nos conformar com uma realidade em que milhões de trabalhadores permanecem excluídos da possibilidade de construir uma poupança previdenciária”, enfatizou Devanir, reafirmando o apoio integral da Abrapp à implementação das ações previstas no plano.

Próximos passos – Ao apresentar a agenda para o próximo ciclo, Pena apontou a atualização do regime sancionador e a revisão das regras de solvência, além da unificação dos sistemas da autarquia, da revisão da lei que criou a Previc, da ampliação da cobertura e da diversificação dos investimentos.

Os dois primeiros temas estão entre as prioridades defendidas por Devanir, que pediu a modernização do Decreto nº 4.942/2003 com base na proporcionalidade, na segurança jurídica e no respeito ao Ato Regular de Gestão. A proposta da Previc estabelece critérios objetivos de dosimetria e circunstâncias atenuantes e agravantes, e aguarda decisão da Presidência da República. Já a revisão da Resolução CNPC nº 30/2018, em análise no CNPC, diferencia desequilíbrios conjunturais e estruturais, para que oscilações de mercado não gerem contribuições extraordinárias imediatas.

Para Devanir, esses desafios reforçam a importância de dar continuidade ao processo de transformação institucional e de preservar a identidade e a especialização da Previc, cuja atuação exige conhecimento profundo das particularidades da previdência complementar fechada. “Confiança é o maior patrimônio de um sistema que assume compromisso com várias gerações”, afirmou. Pena pediu que as associações sigam contribuindo para o fortalecimento da autarquia. “A Previc tem um papel fundamental, ela não pode ser muito forte nem muito fraca, ela tem que cumprir o seu papel”, disse.

O próximo encontro do Conexões Previc será realizado em 27 de novembro, com o tema “Índice de Transparência e Governança para as EFPCs”.

Fonte: Abrapp em Foco, em 23.11.2026.